



As sombras de junho

The shadows of June

Sylvia Debossan Moretzsohn *

RESUMO

Este artigo traça um breve quadro do contexto político em que emergiram as manifestações de junho de 2013 no Brasil e aponta a relevância da questão do cotidiano para uma análise mais abrangente. Concentra-se na discussão sobre o papel da internet na mobilização da população e na atuação de grupos de midiativistas que surgiram ou se consolidaram nesse período. Critica a perspectiva da “ação direta”, reitera a importância da mediação jornalística para o esclarecimento do público e a necessidade da abertura ao contraditório para o convívio democrático.

Palavras-chave: Manifestações; Internet; Cotidiano; Midiativismo; Jornalismo.

ABSTRACT

This article provides a brief background of the political context in which the events of June 2013 emerged in Brazil and highlights the relevance of the question of everyday life for a more comprehensive analysis. It focuses the discussion on the role of internet in mobilizing the population and the activity of mediactivists groups which have arisen or been consolidated in this period. It also criticizes the prospect of "direct action", and reiterates the importance of journalistic mediation to inform the public and the need for openness to contradictory points of view to build a democratic society.

Keywords: Demonstrations; Internet; Everyday life; Mediactivism; Journalism.

De todas as imagens produzidas durante as manifestações que sacudiram o país em junho de 2013, talvez a mais emblemática tenha sido a do grupo de jovens que invadiu a cobertura do Congresso Nacional e festejou aquela conquista, virando para si os holofotes e agigantando-se pelas sombras projetadas contra as meias-luas das casas legislativas: um perfeito contraste entre as ruas e a política de gabinete.

Iniciados por antigas reivindicações comandadas pelo Movimento Passe Livre, os protestos começaram com pequenas passeatas em São Paulo mas alcançaram uma magnitude imprevista como reação à violenta repressão policial em 13 de julho de 2013. A partir daí, tomaram rumos contraditórios. Porém convergiram, pelo menos aparentemente, para uma negação geral e genérica da política institucionalizada, um pouco à maneira dos movimentos de “ocupação” que, em 2011, começaram em Nova Iorque e proliferaram em países europeus afetados pela crise do euro, ou – se retornarmos um pouco no tempo – como os “*piqueteros*” desempregados pela crise argentina de 2002, que sintetizavam sua rejeição ao sistema político num grito niilista: “*que se vayan todos!*”.

* Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Universidade Federal Fluminense (UFF), Departamento de Comunicação Social. Universidade Federal Fluminense, Rua Lara Vilela, 126, CEP 24210-590, Niterói – RJ. Telefone: (21) 2629-9762. Email: sylviamoretz@uol.com.br

A diferença é o contexto: o Brasil vive um ambiente de relativa estabilidade econômica, de baixos índices de desemprego, ampliação de políticas assistencialistas e inclusão, no mercado consumidor, de significativas parcelas da população marginalizada. Porém, no caso brasileiro, os períodos de estabilidade sempre foram precários, considerando o lugar do país no contexto internacional. Mas as mudanças ocorridas desde a ascensão do PT ao poder, em 2003, começaram a configurar um quadro particularmente contraditório, no qual programas focalizados de assistência e combate à pobreza, que trazem ao mercado consumidor um contingente de pessoas antes marginalizado, coexistem com a manutenção dos benefícios ao capital financeiro e – o que mais nos interessará aqui – a abertura do país aos megaeventos, cujos efeitos perversos para a população pobre das grandes cidades fizeram surgir ou reforçar movimentos associativos de resistência a remoções.

Um fator conjuntural teria facilitado a explosão dos protestos: o adiamento do reajuste das passagens, de janeiro – mês de férias escolares – para junho, de modo a diluir estatísticas negativas da inflação, pegou a garotada em pleno período de aulas e, portanto, disponível para ir às ruas. E coincidiu com a reta final dos preparativos para a Copa das Confederações, ensaio geral para a Copa do Mundo, contestada por partidos minoritários de esquerda e inúmeras entidades e movimentos sociais.

Mas certamente não foram apenas os contestadores à esquerda que saíram às ruas: pelo contrário, uma multidão claramente conservadora ganhou espaço, o que embaralhou ainda mais o cenário e dificultou uma avaliação mais consistente sobre os rumos que aqueles protestos poderiam tomar. Em seguida, a proeminência da atuação violenta de grupos de Black Blocs ajudou a afastar os manifestantes, e os protestos minguaram.

As análises convergiram na identificação de um divórcio entre as ruas e a política, o que é significativo quando pensamos nos projetos originais do partido que está no poder há mais de uma década: valeria a pena lembrar que, no encerramento de seu discurso de posse, Lula afirmou que aquele era “o dia do reencontro do Brasil consigo mesmo”. Dois meses depois, diria: “Quando a gente é de oposição pode fazer bravata porque não vai ter de executar nada mesmo. Agora, quando você é governo tem de fazer, e aí não cabe a bravata”. A declaração funciona como um alerta ao cidadão crédulo e incauto, como a lhe dizer que não confie nos discursos da oposição, porque, afinal, quem conquista o poder agirá de modo diferente, às vezes diametralmente oposto em relação ao seu programa.

Diante disso, não seria difícil entender o descrédito da política – a “crise de representação”, de que tanto se fala –, que viria a ter sua mais exuberante expressão dez anos depois. O discurso de contestação a qualquer autoridade ou hierarquia e de exaltação aos “coletivos” supostamente sem líderes ressurge, numa espécie de *revival* dos anos 1960 – inclusive com os apelos à “ação direta” –, agora acrescido do entusiasmo pela tecnologia digital e a ilusão de “horizontalidade” das redes. A internet viabilizou inúmeras iniciativas de mídia alternativa e a criação ou a consolidação de grupos de ativistas nessa área, como a *Mídia Ninja*, responsáveis por disseminar informações a contracorrente da mídia tradicional. Porém, o tipo de militância que exerceram e exercem se mostrou incompatível com a luta pela democratização que todos, em tese, dizem defender, sobretudo nos episódios recorrentes de hostilização a jornalistas das grandes empresas de comunicação, impedidos de realizar seu trabalho.

Esses aspectos relativos à mídia e ao midiativismo são o foco principal deste artigo, que apresenta também uma breve abordagem do contexto político em que as

manifestações ocorreram. Mas o que subjaz e interliga a análise é a questão do cotidiano, que é afinal de onde emergem – mesmo que depois sejam desvirtuadas – e para onde retornam as ações no âmbito da política. É um tema que exige aprofundamento, mas não poderia ficar de fora deste artigo, ainda que referido em linhas gerais.

O COTIDIANO, AS INSTITUIÇÕES E AS RUAS

Ao tratar do poder da ideologia, Mészáros (2004, p. 481) afirma que “as pessoas estão ‘acostumadas a se movimentar’ dentro das relações estabelecidas na vida cotidiana capitalista, por mais que sejam irracionais e absurdas as equações práticas impostas a elas pelos processos metabólicos dominantes do referido sistema”. As pessoas precisam reproduzir as condições materiais e culturais de sua existência nos limites estabelecidos pelo sistema e, na famosa analogia de Marx (apud Mészáros, 2004, p. 482), “sentir-se à vontade como um peixe dentro d’água”.

Porém, diz o autor, a menos que as expectativas básicas do senso comum sejam confirmadas realmente pelo processo de reprodução social em andamento, sua submissão pode desvanecer-se com uma velocidade surpreendente, como de fato ocorre nas crises realmente estruturais. Mas, mesmo nesses casos, a expectativa continuará a ser a reconstituição da estabilidade social e o estabelecimento, o mais breve possível, de uma nova normalidade, sob pena do retorno à situação anterior, porque não é possível viver em permanente estado de emergência. (MÉSZÁROS, 2004, p. 486)

Podemos naturalizar – sobretudo quando não vislumbramos hipótese de mudança imediata – as situações mais aberrantes, como é historicamente o caso dos serviços básicos no Brasil. Mas estaremos sempre à beira de explodir. O caso dos transportes é particularmente sensível porque se trata de elemento estruturante do cotidiano urbano: o que facilita ou cria enormes transtornos para o direito de ir e vir, de circular pela cidade para trabalhar e desfrutar dela. Desde os tempos do Império, o preço das passagens ou as condições de uso do transporte público são motivo de revoltas populares.

Por isso não surpreende que a onda de manifestações tenha sido detonada por demandas nesse setor, num processo que vinha se acumulando sistematicamente desde a organização do Movimento Passe Livre, em 2003. Mas será preciso observar a conjuntura política para tentar compreender o alcance e os desdobramentos – e desvirtuamentos – dessa empreitada.

Marco Aurélio Nogueira procura oferecer um panorama mais amplo da política brasileira contemporânea e das mudanças ocorridas com o PT no processo de ascensão ao Palácio do Planalto. Recorda que o partido cresceu flertando com o sentimento de que seria preciso agir à margem da política institucionalizada, mas, desde meados dos anos 1990 – quando passou a jogar todas as fichas na conquista da presidência da República –, assumiu uma postura pragmática, permeável a negociações e acordos nem sempre coerentes com seu programa. O resultado foi a ambiguidade de tentar combinar o pragmatismo com o cortejo das massas por fora das instituições representativas (NOGUEIRA, 2013, p. 33-34).

Sob a liderança de Lula, o partido empenhou-se em demonstrar que era a “esquerda possível”, e acenava com a realização de algumas transformações sociais por dentro das próprias condições de reprodução e expansão do capitalismo. Mas “não formulou uma nova ideia de política, de democracia, de economia, terminando por

não conseguir se contrapor à força da cultura neoliberal, que cresceu na sociedade. Em vez de projeto de hegemonia, organizou um projeto de poder” (NOGUEIRA, 2013, p. 41).

Poderíamos recordar, como exemplo dessa nova ideia de política e de democracia, o orçamento participativo, carro-chefe da gestão petista da prefeitura de Porto Alegre em 1989 e durante muito tempo bandeira de luta nas campanhas eleitorais do PT, hoje esquecida. Também o programa Minha Casa, Minha Vida, lançado em 2009, poderia oferecer uma rara oportunidade de fazer avançar a participação popular na gestão de seus próprios interesses, em vez de repetir o modelo dos conjuntos habitacionais.

Nogueira afirma que a prioridade ao “projeto de poder” levou o PT ao “transformismo” de que falava Gramsci ao tratar do que chamou de “revolução passiva”: não o ataque do trabalho contra o capital, mas o empenho em estabelecer um programa limitado de reformas que garantisse a permanência no poder através da cooptação de membros da oposição. O descompasso entre as promessas do PT e a manutenção do sistema que se vislumbrava superar teria fermentado durante anos até a eclosão da revolta.

Membro do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas¹, o arquiteto Carlos Vainer analisa o tema a partir da questão urbana: as “cidades de exceção” resultantes do favorecimento aos interesses do capital, que cria progressivamente espaços de exclusão – como os shoppings, os condomínios fechados – e expulsa os pobres para a periferia. Por isso, considera que “o surpreendente não é a explosão, mas que ela tenha tardado tanto”. (VAINER, 2013, p. 39)

O arquiteto cita a metáfora de Mao Tsé-Tung sobre a fagulha que pode incendiar a pradaria e sustenta que uma análise voltada a examinar os processos em uma perspectiva histórica deve dirigir o olhar não para a fagulha que deflagra o incêndio, mas para as condições da pradaria.

Por essa perspectiva, não importaria tanto o motivo original dos protestos. No entanto, é significativo que o que tenha levado tamanha multidão às ruas não tenha sido tanto o preço e a qualidade do transporte público, mas a absurda repressão policial à passeata realizada no dia 13 de junho de 2013 em São Paulo. Seria até mais emblemático em relação à insatisfação dos marginalizados: as faixas com a inscrição “a polícia que reprime no asfalto é a mesma que mata na favela” são muito significativas da questão de classe. Mas terá sido essa a pradaria que tomou as ruas?

Parece que não.

A extrema truculência da polícia naquele episódio foi praticamente uma resposta ao apelo dos dois principais jornais paulistas, que pediam rigor na contenção aos protestos, tendo em vista alguns episódios de depredação nos dias anteriores. Tamanha brutalidade provocou tal indignação que a passeata seguinte foi realizada em nome do direito de protestar. Foi também o ponto de virada da cobertura da imprensa, que até então vinha tratando as manifestações pelo viés do transtorno que causavam ao trânsito e da condenação a eventuais atos de vandalismo.

¹ Os Comitês Populares da Copa surgiram em 2010 como desdobramento do Fórum Social do Pan, criado em 2005 no Rio de Janeiro, cidade-sede dos Jogos Pan-Americanos de 2007. No Rio, o Comitê não é só da Copa, mas também das Olimpíadas: em nome desses dois megaeventos consecutivos (em 2014 e 2016), a cidade é a que vem sofrendo as mais radicais transformações, num processo comparável ao “bota-abixo” de Pereira Passos, no início do século XX.

Pablo Ortellado (2013a) lançou a hipótese de que a grande imprensa havia conseguido “ressignificar” o movimento e transformá-lo “no oposto do que era originalmente”. Nessa guinada radical, a *Folha* (2013) publica editorial se retratando e a *Veja* (2013) sai com uma capa sobre “a revolta dos jovens” e a indagação: “Depois do preço das passagens, a vez da corrupção e da criminalidade?”. Segundo Ortellado, foi então que surgiram novas pautas, inexistentes até então, e as mobilizações começam a perder o foco.

O professor argumenta que era previsível um adensamento na passeata, por causa da indignação provocada pela violência policial, mas diz que não se previam mais do que 40 mil pessoas na Av. Paulista. No entanto, apareceram 100 mil: pessoas “completamente despolitizadas”, com “as pautas mais variadas”. Mais significativo: “Várias delas com cartazes com a listinha da *Veja*”. Além disso, começaram a aparecer “pessoas estranhas, fortes, com cabelo raspado”, que atraíram manifestantes para o prédio da prefeitura de São Paulo e começaram a vandalizar: “Durante duas horas e meia eles barbarizaram o Centro e a polícia não fez nada”.

Dias depois, Watanabe (2013) notaria o mesmo quadro contraditório em São Paulo: os cânticos típicos de arquibancadas de estádios de futebol, “eu sou brasileiro, com muito orgulho, com muito amor”, cartazes pela redução da maioria penal ao lado de outros pedindo saúde e educação gratuitas. E indagava:

Afinal, quais mensagens se pretende passar? Estamos fazendo número para quem? Para os caras-pintadas? Que cinco anos depois votaram no Collor?

O que mais se vê é o discurso asséptico, genérico, de ser contra a corrupção, reproduzindo a fala dos movimentos “apartidários” de 2012, que dizem não buscar partidos, mas pessoas de bem (WATANABE, 2013).

Já Bruno Torturra (2013, p. 27), um dos fundadores da Mídia Ninja, vibrava: “Baita salada ideológica no Largo da Batata. Patriotas, comunistas, esquerda do PT, PSTU, classe média ‘Cansei’, anarcopunks. Muita gente, sabendo ou não, se odeia por aqui. Todo mundo junto. Estou adorando”.

FALTA DE COMANDO?

Uma das marcas do discurso das manifestações foi a rejeição a lideranças, como se elas representassem uma insuportável coerção: rejeição não apenas a partidos políticos, mas a qualquer hipótese de comando, coerente com a proposta das redes virtuais e, também, com esse revival dos anos 60 que fez brotar, como se fossem grandes novidades, os coletivos de ativismo, especialmente no campo da mídia, a diluir as individualidades num “todo” supostamente homogêneo.

A simples constatação de que, para realizar uma passeata, é preciso comunicar às autoridades sobre data, horário e trajeto demonstra a ilusão da alegada falta de comando. A própria constituição do Movimento Passe Livre e seu discurso academicamente qualificado² é outra indicação em contrário.

² Não é qualquer um que fala em “imperativos da circulação do valor” e “contradições (...) imbricadas no sistema de transporte coletivo, ponto nodal na estrutura social urbana” (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2013, p. 13 e 15).

O que, afinal, demarca a diferença entre essas mobilizações e as convocadas por entidades tradicionais como sindicatos, partidos políticos e antigas organizações de movimentos sociais como o MST não é a falta de liderança, mas a existência de múltiplas lideranças. Isso torna as manifestações muito mais permeáveis à influência de provocadores ou infiltrados interessados em desvirtuar os rumos do movimento, o que deveria ser uma preocupação para quem deseja atuar politicamente.

Além disso, explosões de protesto não são novidade na nossa história. Jane Santucci (2008) recorre aos jornais da época para traçar um quadro que vai desde fins do Império, com a Revolta do Vintém, em 1879 – contra o imposto sobre a passagem dos bondes, e que, segundo a autora, inaugurou a forma de protesto em que o protagonista era o cidadão comum – até os primeiros e tumultuados anos da República, com a Revolta das Carnes Verdes, em 1902, e a Revolta da Vacina, em 1904. Tivesse prosseguido a pesquisa, relacionaria inevitavelmente a Revolta das Barcas, que incendiou Niterói em 1959 (NUNES, 2000).

Literariamente, a descrição de Lima Barreto (1995, p. 144) traduz a volatilidade comum a protestos populares, um século antes da internet:

O motim não tem fisionomia, não tem forma, é improvisado. Propaga-se, espalha-se, mas não se liga. O grupo que opera aqui não tem ligação alguma com o que tiroteia acolá. São independentes; não há um chefe geral nem um plano estabelecido. Numa esquina, numa travessa, forma-se um grupo, seis, dez, vinte pessoas diferentes, de profissão, inteligência e moralidade. Começa-se a discutir, ataca-se o Governo; passa o bonde e alguém lembra: vamos queimá-lo. Os outros não refletem, nada objetam e correm a incendiar o bonde.

AS ILUSÕES NA REDE

A internet teve um papel decisivo na mobilização para os protestos, mas isso, a rigor, não deveria causar surpresa: no século XVIII, eram os panfletos que convocavam à revolução. Cada época utiliza a tecnologia de que dispõe, como assinalou Álvaro Vieira Pinto (2005) na sua monumental obra sobre o tema, na qual desfaz ilusões muito comuns quanto ao poder redentor da tecnologia, da mesma forma que, inversamente, desmonta as teses apocalípticas que opõem o “homem” à “máquina”, pois toda máquina é resultado do trabalho humano.

É claro que a internet turbinou a velocidade e o alcance da disseminação das informações e tem a interatividade como particular característica, mas essa é uma potencialidade que será acionada na medida do interesse de cada um. E as possibilidades de discutir, questionar ou fazer proposições dependem diretamente do nível de formação e informação e das referências culturais de quem atua na rede³. Nogueira (2013, p. 185-186), por exemplo, considera que os indivíduos “tornam-se ao mesmo tempo muito sensíveis e muito críticos aos apelos midiáticos, já que se põem, diante deles, como pessoas informadas e desejosas de construir suas próprias

³ Nogueira (2013, p. 190) utiliza uma pesquisa sobre o Índice de Confiança Social do Ibope, de agosto de 2013, que mostra que a mídia tradicional compete com Google, Facebook, Twitter e blogs na atenção do público. Daí conclui que “as instituições perderam o poder de influência sobre as pessoas, que, em contrapartida, sentem-se cada vez mais confiantes na palavra de seus círculos íntimos (família, amigos, colegas)”. Não seria o caso de indagar de onde “família, amigos, colegas” retiram as informações em que “as pessoas” confiam?

opiniões”. Seria preciso examinar mais de perto essa afirmação. O acompanhamento regular do comportamento das pessoas no ambiente virtual, que lhes possibilita uma inédita interação com as informações veiculadas pela mídia, sugere precisamente o contrário: a formação de guetos, a proliferação de reações irrefletidas e automáticas, reprodutoras de preconceitos do senso comum e, no caso mais específico da política, a cristalização de posições baseadas em acusações e ofensas aos adversários, que às vezes beiram a histeria. Aliás, a expressão “brucutus da internet”, objeto de reportagem de Eduardo Graça (2013) baseada em pesquisas sobre o comportamento na rede⁴, resume bem essa situação.

A internet, afinal, é um meio. Mas não um meio qualquer: o campo aberto pelo mundo virtual costuma ser enaltecido por suas potencialidades libertárias, mas reflete o mundo presencial e por isso amplia exponencialmente a possibilidade de manipulação e disseminação de boatos, essa tática tão antiga quanto a política. Durante o período de manifestações, a convocação de uma inverossímil “greve geral” chegou a obter a adesão de mais de 800 mil pessoas. O surgimento de perfis falsos do Movimento Passe Livre, apontado em reportagem do *Globo* (2013), foi outro episódio significativo. São dois exemplos entre vários, que deveriam servir de alerta para as dificuldades e os riscos de mobilizações no ambiente fluido e poroso das redes. Parece óbvio que a intenção é aproveitar-se das reações automáticas e irrefletidas incentivadas pelo ritmo veloz da internet e induzir a erro pessoas que pensam estar apoiando um movimento quando estão colaborando para algo que não sabem o que seja, o que apenas contribui para aumentar a sensação de caos a ser devidamente aproveitada por quem se esconde atrás dessas máscaras. O equívoco de considerar que a internet inaugura um novo mundo é precisamente este: o de ignorar que as forças políticas organizadas, à esquerda e à direita, continuam a atuar e se adaptam a esse novo meio para tentar alcançar seus objetivos, que, como sempre em política, dificilmente são explicitados.

A cacofonia própria das redes exige ainda mais a tentativa de organizar o caos, o que sempre foi tarefa do jornalismo. O fato de a mídia hegemônica frequentemente descumprir esse compromisso não cancela a relevância da mediação jornalística: o jornalismo não se resume ao que se pratica nas grandes empresas.

Ortellado (2013), porém, elogia a “supressão da mediação jornalística” no processo de “comunicação horizontal” promovido pelos movimentos sociais desde fins dos anos 1990, que se teriam refletido nas ruas: uma comunicação “direta e engajada”, que “convoca, que instiga e que debate, *sem mediação*” (grifo meu), na qual “quem era objeto do discurso jornalístico fala diretamente a quem lê (ou vê, ou escuta) e busca tanto informar como persuadir da justiça de uma causa”. Embora aplauda a *Mídia Ninja*, que se destacou com as transmissões ao vivo por celular, considera que “do ponto de vista do desenvolvimento da comunicação dos movimentos” houve um retrocesso, porque a mediação profissional foi recolocada. Por isso, afirma que o desafio é o de “criar projetos de comunicação na internet que reafirmem e

⁴ Uma das pesquisas, de Ingmar Veber e Venkata Garimella, do Instituto de Pesquisa e Informática do Catar, analisou 17 milhões de tweets publicados por 7 mil egípcios em de junho de 2013, mês particularmente turbulento no país. Separaram os tweets em “secularistas” e “islamistas” e identificaram o que chamaram de “barômetro de tensão”: os twitters eram cada vez mais seguidos e reproduzidos por grupos de pensamento parecido e a maior polarização coincidia com maior violência nas ruas. Entretanto, os pesquisadores dizem que se trata apenas de uma observação empírica, e não estabelecem uma relação de causa e efeito entre a guetização da mídia social e a radicalização política no Egito.

aprofundem a comunicação direta e descentralizada, engajada e com licenças e padrões livres, a fim de fortalecer a autonomia de quem fala”.

O estabelecimento de canais de expressão direta não deveria ser incompatível com a defesa da mediação jornalística, inclusive porque poderiam servir de fonte para reportagens. Não vamos discutir aqui se todos, de fato, têm a palavra nesses movimentos, ou se não há hierarquias: o mais importante é demonstrar que todo discurso implica uma mediação e apontar o equívoco da suposição de que, uma vez que o “povo” fale, ele falará com sua “própria” voz, o que significa desconhecer os mecanismos através dos quais o senso comum se forma e se consolida.

Portanto, o que subjaz ao elogio da ação direta é essa crença ingênua de um retorno ao senso comum como fonte de “verdade”. Rompe-se assim a perspectiva dialética de interação capaz de elevar o senso comum ao bom senso crítico, como queria Gramsci: qualquer interferência “externa” é vista como uma insuportável tentativa de dominação, de sufocação de uma expressão “naturalmente” autêntica. (MORETZSOHN, 2007, p. 277).

Adelmo Genro Filho (1987, p. 123-124) desmonta essa tese de “devolver a palavra ao povo”, típica dos anos 60 e identificada ao “paradigma do artesão”, incapaz de enfrentar a totalidade da dominação imposta pelo capital:

Esta tese de que “o povo mesmo” deve ser o gerador das mensagens, se não for tomada como uma frase de efeito (...), é de uma pobreza teórica evidente. Ela corresponde, sem dúvida que em nível diferente, à tese da autogestão sobre a economia, proposta de índole pequeno-burguesa que toma a solução da alienação mercantil de modo absolutamente idealista. Ou seja, como o controle imediato dos indivíduos sobre as “suas” condições de produção, não percebendo aquilo que o capitalismo avançado tornou óbvio: que as condições de produção de quaisquer trabalhadores, seja onde for, constituem parte de uma rede universal de relações, uma totalidade que só pode ser dominada, politicamente, na relação com esse todo. (...) [isso significa] controlar o conjunto das condições de produção, incluindo aí a informação e a cultura como uma totalidade, isto é, politicamente. O que é muito distinto de “devolver a palavra ao povo”, uma ideia ingênua que, entre outras coisas, não leva em conta que o “povo” *jamaís* teve acesso ao tipo de “palavra” que agora se pretende devolver-lhe: os jornais, o rádio, a televisão e os demais meios eletrônicos de comunicação (grifos no original).

Embora escreva num tempo anterior ao da internet, a fundamentação do autor se mantém, porque, como deveria ser claro, o acesso à rede não opera milagres⁵.

Essa excitação em torno da “ação direta” fez surgir uma série de coletivos de ativistas imbuídos da vontade de disseminar informações à contracorrente da mídia hegemônica, descartada liminarmente como manipuladora, aliada aos interesses do capital ou, simplesmente, “fascista”. A desqualificação dos protestos iniciais e o

⁵ Marco Schneider, por exemplo, chegou a resultados “um tanto decepcionantes” em pesquisa com estudantes do Centro Universitário Augusto Motta (UniSuam), todos moradores da periferia e a maioria com acesso doméstico à internet: “a impressão é que as pessoas tendem a explorar muito pouco o potencial da internet, reproduzindo as práticas de consumo às quais estavam habituadas antes de sua expansão” (SCHNEIDER, apud PRIMI, 2013, p. 7). O que não deveria surpreender, porque a tendência é exatamente esta, por mais que desejemos o contrário.

apelo à repressão policial facilitaram esse discurso de condenação. A Mídia Ninja emergiu nesse cenário como um ponto de referência para várias outras iniciativas e sacudiu a cobertura morna e previsível da grande mídia até então, com imagens nervosas e “sujas” transmitidas via internet em tempo real, sem edição, através de celulares conectados à rede. Recuperou, assim, a melhor tradição da reportagem de rua, testemunhando e transmitindo ao vivo os conflitos e a violência durante as manifestações. Nesse sentido, atuou como fundamental elemento de denúncia contra a truculência policial. E, ao assumir claramente um lado, contestou na prática a hipocrisia da imparcialidade como valor para o jornalismo, assumido formalmente – mas apenas formalmente – pelas grandes empresas de comunicação, e há muito tempo contestada em estudos acadêmicos (MORETZSOHN, 2013a).

Essa cobertura paralela e militante empolgou muita gente, inclusive analistas e pesquisadores de jornalismo, que num primeiro momento chegaram a classificar a iniciativa como um novo paradigma na área.

Não era bem assim: a transmissão das imagens “em fluxo”, à parte a novidade da internet que viabiliza a veiculação imediata, está na base do *cinéma-verité* dos anos 1960-70, por sua vez tributário das experiências pioneiras de Dziga Vertov no início do século passado.

Como escrevi na ocasião (MORETZSOHN, 2013a), houve uma tendência a se criar uma falsa dicotomia entre a “velha” mídia e esse admirável mundo novo de múltiplos celulares de última geração a documentar e disseminar em “tempo real” o turbilhão de acontecimentos. Como se o jornalismo se resumisse ao testemunho e ao imediato.

Pelo contrário: jornalismo exige apuração – que obviamente vai muito além do testemunho – e edição. Editar é fazer escolhas criteriosas: exige distanciamento para avaliar e dar algum sentido ao que se passa. Editar exige bem mais que o ímpeto e a coragem de se misturar à multidão: exige qualificação. E dá trabalho. Muito trabalho.

A defesa de uma transmissão sem edições, “no fluxo”, se baseia na ilusão de que não haveria filtros, quando o primeiro filtro, elementar, está no próprio lugar de onde se documenta qualquer cena. Quando a mídia tradicional atua desse jeito, recebe violentas críticas por espetacularizar os acontecimentos. Não caberia a mesma crítica agora, especialmente quando certos grupos mascarados produzem imagens impactantes em suas performances pirotécnicas? Ou a crítica varia conforme a natureza dos acontecimentos? O que significa, afinal, esse movimento de trazer o espectador para “dentro” da cena?

O ideário dos midiativistas condena a falaciosa defesa da imparcialidade da grande imprensa para sustentar uma proposta de “múltiplas parcialidades”: se a mídia instituída distorce, oculta, engana e até mesmo mente, então estaríamos autorizados a fazer o mesmo em sentido contrário – embora o façamos, como sempre, em nome da verdade. O resultado mais provável é que o público ficaria diante da opção de escolher entre uma incomensurável variedade de mentiras, embora o compromisso básico do jornalismo seja com o esclarecimento: sempre se estará diante de uma disputa de diferentes interpretações de um mesmo fato, mas o respeito aos fatos é essencial. Em suma, uma coisa é assumir de que lado se está, outra é ignorar o papel de mediador que todo jornalista precisa exercer. É uma questão ética fundamental, que não pode ser ignorada sob qualquer hipótese.

Note-se, a propósito, a cena descrita por Bruno Torturra (2013, p. 30) durante os conflitos numa das manifestações contra o governador do Rio, Sérgio Cabral:

Filipe [um dos mais destacados repórteres ninja] reaparece, assume o celular e, sempre mais kamikaze que eu, vai atrás da caminhonete do Choque para tomar satisfações. Com escopetas voltadas para sua cabeça, aponta de volta o celular e diz seu bordão: “Imprensa, amigo! Tem 5 mil pessoas vendo você nesse momento. Cadê a identificação?”

Anunciar-se como “imprensa” é buscar a antiga legitimação conferida pelo conceito de “quarto poder”: significa dizer que se está ali em nome da sociedade, denunciando os abusos do Estado. No caso, o repórter transfere ao público o poder de fiscalização – as 5 mil pessoas que acompanham a transmissão ao vivo –, mas que só pode ser exercido porque ele, repórter, está ali.

Entretanto, a defesa do “jornalismo de um lado só” – que não é jornalismo, mas proselitismo e propaganda – se baseia também nessa lógica estreita: os movimentos sociais não precisam ouvir o “outro lado”, porque esse lado já está contemplado pela grande mídia.

Isto não é um absurdo apenas porque se ignora o direito ao contraditório, que toda mídia democrática deveria garantir, mas porque – já considerando a perspectiva contestadora da mídia alternativa – se abre mão da oportunidade de confrontar a autoridade que se deseja criticar, a partir de questões que, em princípio, a mídia tradicional não colocaria. (MORETZSOHN, 2013b)

Mas o problema talvez esteja justamente em supor que a mídia autoproclamada “alternativa” lute pela democracia. São muito significativas as cenas em que manifestantes hostilizavam e mesmo agrediam e impediam o trabalho de jornalistas das grandes empresas de comunicação, sob os gritos de que elas haviam “apoiado a ditadura”, jogando fora a história da nossa imprensa: uma história cheia de contradições, como todas, com episódios de abjeto servilismo e de notável resistência.

Ao apontar o papel histórico da “velha mídia” no bloqueio do acesso público às vozes da imensa maioria da população brasileira, Venício A. de Lima (2013, p. 93) indaga se não estariam criadas as condições para alimentar a violenta hostilidade dos manifestantes contra os jornalistas dessas empresas.

Certamente, motivos não faltam para a revolta, que não é de hoje – a Globo foi sistematicamente hostilizada nas ruas pela discriminação a Leonel Brizola, afinal eleito governador do Rio, em 1982, durante a campanha para as primeiras eleições diretas para o cargo desde a ditadura. Mas aqui sobressai o papel pedagógico das lideranças políticas: estimular essa atitude, além de incentivar uma profunda ignorância travestida de consciência política, é investir fortemente numa atitude discriminatória – diria mesmo, fascizante – que entrega ao “povo” a autoridade de determinar quem pode ou não trabalhar e cria zonas de exceção no espaço público, e intimida e agride quem ousa desobedecer. Exatamente como agem as milícias.

É possível afirmar a luta pela democratização da comunicação nesses termos?

A justificativa recorrente dos militantes é de que desejam a mídia livre, mas que de nada adianta a presença de jornalistas das grandes corporações se o seu trabalho será deturpado na hora da edição.

Estamos, portanto, de volta aos tempos da censura prévia, com a particularidade de que nem sequer se permite a apuração dos fatos, para que não sejam divulgados como não se deve.

É assim que, em nome da liberdade, se estabelece a censura. Porque, como dizia Saint-Just, um dos ícones da política do terror que se seguiu à Revolução Francesa, não pode haver liberdade para os inimigos da liberdade. As tragédias que a História acumula não importam: sempre sobrevivem os partidários dos comitês de salvação pública e de suas guilhotinas. (MORETZSOHN, 2013c)

CONCLUSÃO

A boa literatura é como o bom jornalismo: põe-nos diante das contradições e complexidades do mundo. Diferente do enfoque militante, que tende a dividir a realidade entre a que ele aceita e a que ele não aceita, entre o bem e o mal. Por isso o militante no jornalismo joga com uma força muito grande contra ele, que é a dificuldade de ver o que não gosta, e a tolerância diante daquilo que ele gosta.

Fernando Gabeira fez essas observações ao final de uma entrevista a Alberto Dines (2013). O que ele diz se aplica à militância de modo geral, embora seja preciso ressaltar que, no caso do jornalismo, a mídia estabelecida padeça frequentemente desses mesmos males, pois está longe de oferecer esse quadro rico e complexo da realidade para proporcionar ao público o máximo de elementos possíveis para fazer seus julgamentos. Mas quem quer se opor a ela não pode simplesmente trocar os sinais, para não cair no mesmo vício que denuncia.

Os tempos turbulentos que estamos vivendo têm facilitado a cegueira em relação ao contraditório, o que é fatal para a apreensão da realidade e, conseqüentemente, para a ação política daí decorrente.

Ao tratar das manifestações de junho, o Movimento Passe Livre traça um histórico das reivindicações do grupo e demonstra a centralidade da luta pelo transporte para a reapropriação do espaço urbano. Os autores assumem claramente a defesa da ação direta e a rejeição ao papel das instituições, mas transformam o que poderia ser uma análise consistente em pura retórica, que enaltece a luta “no calor das barricadas”, à moda da Comuna de Paris, e declara, com entusiasmo, que “nesse processo, as pessoas assumem coletivamente as rédeas da organização de seu próprio cotidiano” e que “o povo, tomando as ruas, trouxe para si a gestão da política tarifária do município [de São Paulo] e revogou o decreto do prefeito que aumentava a passagem em vinte centavos” (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2013, p. 16).

Certamente o exuberante movimento de massa obteve uma notável conquista, mas daí a dizer que isso significa a gestão da política tarifária, ou a vivência da “prática concreta da gestão popular” (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2013, p. 17), vai uma pequena distância.

Aqui, como sempre, é preciso recordar a formulação de Gramsci sobre o pessimismo da razão e o otimismo da vontade. Sem o pessimismo da razão, corre-se enorme risco de se perder o princípio da realidade.

Como assinala Nogueira (2013, p. 84), “as ruas não estão a pedir reforma política, mas reforma existencial. Terão de ser educadas para que entendam que existência e política são irmãos siameses”. A lembrança sobre o que ocorreu na Espanha é oportuna: “Nossos sonhos não cabem nas urnas”, dizia um dos slogans dos Indignados. A grande abstenção nas eleições de 2011 acabou favorecendo a centro-direita (NOGUEIRA, 2013, p. 55).

Durante as manifestações, o famoso poema de Brecht sobre as margens que comprimem o rio aparentemente violento, perfeita metáfora para desvendar a

violência estrutural da sociedade, foi citado à exaustão. Outro poema, do mesmo autor, exalta a dúvida como a maior das certezas do mundo. “Penso, logo hesito”, como formulou Eduardo Gianetti (2011, p. 56) em paráfrase à máxima cartesiana. Exercitar a dúvida, questionar convicções é um caminho para evitar o cultivo do ódio que nos conduz à barbárie.

É conhecida a metáfora de Marx sobre a revolução como uma velha toupeira que circula debaixo da terra e de repente irrompe na superfície: pois a luta de classes é incessante, embora possa ser contida ou amenizada por longos períodos. Resta saber que forças de fato estão emergindo neste conturbado cenário que produziu as sombras de junho.

Artigo recebido em 05/05/2013 e aprovado em 09/05/2014

REFERÊNCIAS

- DINES, A. A.D. Entrevista Fernando Gabeira. **Observatório na TV**, Rio de Janeiro, 22 out. 2013. Disponível em: http://observatoriodaimprensa.com.br/videos/view/a_d_entrevista_fernando_gabeira. Acesso em: 10 jan. 2014.
- FOLHA DE SÃO PAULO. **Agentes do caos**. São Paulo, 15 jun. 2013. p. A2.
- GENRO FILHO, A. O segredo da pirâmide. Para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê!, 1987.
- GIANETTI, E. **Auto-engano**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2011.
- GRAÇA, E. Os brucutus da timeline. **Carta Capital**, São Paulo, n. 788, 2 out. 2013.
- LIMA, V. A. de. Mídia, rebeldia urbana e crise de representação. In: Venício A. de Lima. **Cidades rebeldes. Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013. p. 89-94.
- LIMA BARRETO. **Recordações do escrivão Isaiás Caminha**. São Paulo: Ática, 1995.
- MÉSZÁROS, I. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MORETZSOHN, S. **Pensando contra os fatos. Jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.
- _____. Uma crítica à contracorrente. **Observatório da Imprensa**, São Paulo, 13 ago. 2013. Disponível em: http://observatoriodaimprensa.com.br/news/view/uma_critica_a_contracorrente. Acesso em: 10 jan. 2014.
- _____. O jornalismo de um lado só. **Observatório da Imprensa**, São Paulo, 2013b. Disponível em: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed773_o_jornalismo_de_um_lado_so. Acesso em: 10 jan. 2014.
- _____. A censura em nome da liberdade. **Observatório da Imprensa**, São Paulo, 2013c. Disponível em: http://observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed760_a_censura_em_no_me_da_liberdade. Acesso em: 10 jan. 2014.

MOVIMENTO PASSE LIVRE. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. Cidades rebeldes. Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013. p. 13-18.

NOGUEIRA, M. A. **As ruas e a democracia. Ensaios sobre o Brasil contemporâneo.** Brasília; Rio de Janeiro: Fundação Astrojildo Pereira/Contraponto, 2013.

NUNES, E. A revolta das barcas. Populismo, violência e conflito político. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

O GLOBO. Pulverização de protestos toma conta do facebook. 24 jun.2013. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/pais/pulverizacao-de-protestos-toma-conta-do-facebook-8791774>. Acesso em: 10 jan. 2014.

ORTELLADO, P. Manifestações do MPL: a polícia, a imprensa, os políticos. **Debate na Casa da Cidade**, São Paulo, 22 jun. 2013. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=BHqHGeg9vBE>. Acesso em: 10 jan. 2014.

_____. Redes em protestos refletem as ruas. **Observatório da Imprensa**, 31 dez. 2013. Disponível em: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed779_redes_em_protestos_refletem_as_ruas. Acesso em: 10 jan. 2014.

PRIMI, L. Reprodução na sociedade do conhecimento. **Caros Amigos Especial**, n. 56, p. 6-7, nov. 2013.

SANTUCCI, J. Cidade rebelde. As revoltas populares no Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008.

TORTURRA, B. Olho da rua. **Piauí**, n. 87, p. 22-31, dez. 2013.

VAINER, C. Quando a cidade vai às ruas. **Cidades rebeldes. Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil.** São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013. p. 35-40.

VEJA. **A revolta dos jovens.** São Paulo, ed. 2327, 26 jun. 2013.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **O conceito de tecnologia.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. 2v.

WATANABE, R. A pasteurização do protesto. **Blog da Boitempo**, 28 jun. 2013. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2013/06/28/a-pasteurizacao-do-protesto/>, Acesso em: 10 jan. 2014.